



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Sua Excelência. o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901- 858 Horta

S/Referência
S/1091/2021

S/Comunicação
17/03/2021

N/Referência
SE/2021/578

Data
20/04/2021

ASSUNTO: Requerimento ao Governo dos Açores n.º 90/XII - BE – Divulgação Pública do caderno de encargos do porto espacial de Santa Maria

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, subscrito pelo(a) Senhor(a) Deputado(a) António Lima e Alexandra Manes, do grupo parlamentar do Partido BE/Açores, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, cumpre-me informar V. Exa., relativamente às questões colocadas o seguinte:

1- Tendo presente as fases do procedimento de Diálogo Concorrencial, estipuladas nos termos das als. a) a c) do artigo 205º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e suas alterações, aplicável à Região Autónoma dos Açores com as especificidades previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, a fase da apresentação das soluções e diálogo com os candidatos qualificados, nos termos da al. c) artigo 205º e nº 3 do artigo 207º, ambos do CCP, quanto à elaboração do Caderno de Encargos, exclusivamente após esta fase concluída, e por conseguinte da inclusão das soluções apresentadas pelos concorrentes que solicitaram confidencialidade sobre estas, em respeito das formalidades a observar pelo júri nos termos do exposto no artigo 214º daquele diploma, bem como, as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na medida em que este é um procedimento que se rege por critérios muito específicos, cujas particularidades regionais, não podem deixar de ser ponderadas quer na fase pré-contratual, quer na fase da execução contratual. Ressalva-se ainda que, do Caderno de Encargos constam informações que podem ser objeto de análise e dar origem à interpretação de fatores intrínsecos ao negócio das empresas concorrentes que, no âmbito do procedimento em causa, podem de facto representar vantagens para os interesses fundamentais da Região.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

- 2- Naturalmente que sim, em conformidade com o legalmente estabelecido, para o caso em apreço.
- 3- Cabe ao júri, nesta fase do procedimento, um conjunto de ações mais, ou menos complexas, cuja previsão temporal para a sua execução é difícil de prever. Estabelecer uma data específica para a decisão seria não só inconsequente como politicamente irresponsável.
- 4- Conforme assumido publicamente pela Senhora Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital, Dr^a Susete Amaro, o anúncio do projeto vencedor deverá ser apresentado em Santa Maria, em sede de sessão de esclarecimentos à população em geral ou dos Órgãos de Ilha, caso se mantenham as orientações em vigor na Região que determinam a implementação de medidas excecionais de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 causador da COVID-19.
- 5- O Estudo de Impacto Ambiental, far-se-á no estrito e cabal cumprimento da legislação em vigor.
- 6- O Governo dos Açores, através da Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital, já assumiu o compromisso de dar essas informações pessoalmente, na ilha de Santa Maria tão depressa o procedimento esteja concluído e cumpridos os requisitos formais e legais para o efeito.
- 7- Em primeiro lugar interessa deixar claro que o Governo dos Açores, tem o maior interesse, em manter, em particular a população de Santa Maria, assim como, na generalidade das restantes ilhas, plenamente esclarecida. Não pode haver qualquer dúvida relativamente a isso e nesse sentido, a Secretária Regional com competência na matéria, assumiu oportunamente este compromisso, aquando da sua última visita a Santa Maria, no entanto, sob pena de se divulgarem informações erradas, seria extemporâneo fazê-lo no “imediato” tendo em conta que não há, ainda, contrato assinado nem visto prévio do Tribunal de Contas.

Com os melhores cumprimentos,

O Subsecretário Regional da Presidência